



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001849-36.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Erlon Filadelfo de Souza**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares** assumindo esta Vara Distrital até instalação de sua nova vara, conforme designação da E. Presidência do TJSP.

Vistos.

BV Financeira S/A propôs Ação de Busca e Apreensão contra Erlon Filadelfo de Souza, visando reaver veículo Scania, modelo T 113 E 360 6x4 2 P, objeto de alienação fiduciária em garantia, estando, o requerido, em débito com as prestações vencidas, a partir de 08.04.2011, condenando-o, ainda, nas verbas da sucumbência.

Foi deferida a liminar (fls. 24).

O réu requereu a suspensão às fls. 26/27, pois ingressou com ação de revisão de contrato bancário perante a 3ª V. Cível de Limeira-SP.

Frustrada a busca e apreensão (fls. 30,v).

Este Juízo declinou da competência (fls. 35/36).

Houve julgamento da ação conexa (fls. 41/45).

A autora requer o julgamento (fls. 58).

DECIDO.

Despicienda a produção de outras provas, vez que demonstram os documentos a alienação fiduciária, bem como a mora da parte requerida (fls. 11/16).

Destarte, e considerando o resultado da ação revisional de contrato que foi julgada improcedente e que não houve outra espécie de oposição ao pedido inicial, a procedência desta ação, é medida que se impõe. Vale ressaltar ser vedado ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

julgador pronunciar de ofício eventual abusividade de cláusulas contratuais em contrato bancário, *ex vi* da súmula 381 do E. STJ.

Ademais, o réu deu-se por citado com sua manifestação de fls. 26/27, pois inequívoco o conhecimento desta ação e a pretensão nela deduzida.

Assim, inadimplente o contratante do financiamento sua posse sobre o veículo assume ares de ilicitude e autoriza a incidência da cláusula de fidúcia, nos termos do art. 1.364 do Código Civil e Dec. Lei 911/69.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta,
JULGO PROCEDENTE A AÇÃO (artigo 269, I, CPC).

Em consequência, declaro rescindido o contrato e consolidado em caráter definitivo, a favor da autora, a posse e o domínio plenos e exclusivos do bem que poderá ser apreendido em sede de cumprimento de sentença.

Levante-se o depósito, ficando facultada a venda pela autora, na forma do art. 3º, parág. 5º., do Dec.-Lei no. 911/69.

O réu arcará com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da causa, nos termos do § 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil.

P.R.I.C

Ibaté, 29 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**